

Assunto: Foto - Desembargador Mauro Alencar e esposa	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: Movimento/João Alberto
Página: c3	Data: 09/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO



O patriarca Waldir Bitu e Ana Paula Cascão recebem o casal Mauro e Cláudia Alencar na casa grande da sua fazenda no município de Sairé

Assunto: Núcleo de Conciliação do TJPE - Compesa	
Veículo: Jornal do Comércio	
Editoria: Economia	Seção: JC Negócios/Fernando Castilho
Página: 2	Data: 09/04/2015

jornal do  commercio

Qualidade baixa

A Compesa já é o segundo maior demandante nos Juizados Especiais do Estado, só atrás da Celpe. Em 2014, foram 2.635 demandas. Tanto que o TJPE criou um Núcleo de Conciliação.

Assunto: TJPE cria núcleo para consumidor resolver problemas com a Compesa	
Veículo: Jornal do Comércio	
Editoria: Economia	Seção: JC Negócios/Fernando Castilho
Página: 3	Data: 09/04/2015

jornal do  **comercio**

 **rápidas**

TJPE cria núcleo para consumidor resolver problemas com a Compesa

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) passou a contar com um núcleo de conciliação pré-processual voltado para promover acordos entre a Compesa e a população. A parceria foi firmada ontem, na Central dos Juizados Especiais, no bairro da Imbiribeira, Recife, onde a unidade foi instalada. No local, os cidadãos poderão resolver suas demandas com a Companhia sem necessidade de abrir processo judicial. A Compesa é o segundo maior demandante nos Juizados Especiais do Estado, atrás apenas da Celpe.

Assunto: Justiça – Comissário é condenado por morte de estudante	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção:
Página: 2	Data: 09/04/2015



JUSTIÇA

Comissário é condenado por morte de estudante

O caso do assassinato da estudante de Direito Andréia Valério de Moura, ocorrido em 2011, teve seu desfecho na noite de ontem. Após o julgamento, o Tribunal do júri composto por sete integrantes condenou o comissário de polícia aposentado José Reginaldo Bezerra, de 55 anos,

a 14 anos de prisão em regime fechado.

A sessão ocorreu no auditório da Câmara Municipal de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife (RMR), com a presença de familiares e amigos da estudante que morreu após levar um tiro na cabeça quando saía de casa

para uma sessão fotográfica de formatura. Antes de proferir a sentença e os debates entre acusação e defesa, o juiz da 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima, Luiz Mário Miranda, ouviu o depoimento de três testemunhas, entre elas, a esposa do acusado que foi a primeira a ser ouvida.

Arthur Motz



COMISSÁRIO vai cumprir 14 anos de prisão

Assunto: Núcleo de Conciliação do TJPE - Compesa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção: Folha Econômica/Jamille Coelho
Página: 2	Data: 02/04/2015



■ **ÁGUA 1 - TJPE**

passa a contar com um núcleo de conciliação para solucionar queixas de clientes da Compesa. O espaço já está funcionando na Central dos Juizados Especiais, na Imbiribeira.

■ **ÁGUA 2 - A**

Compesa é o segunda maior demandante nos Juizados Especiais do Estado, perdendo apenas para Celpe. Somente em 2014, foram 2.635 queixas relativas à empresa.

■ **ÁGUA 3 -**

Quem se sentir prejudicado pelos serviços de água e esgoto pode procurar o núcleo, que funcionará de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Assunto: Compesa e TJPE firmam parceria para evitar processos judiciais	
Veículo: CNJ	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Julgamentos de crimes antigos na Semana Nacional do Júri 2015 ajudarão a combater violência e impunidade



O julgamento de um homem que matou o próprio filho no município pernambucano de Cachoeirinha em 1998, agendado para a próxima semana, cumpre um dos objetivos da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). A iniciativa integra desde 2010 ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de órgãos que lidam com segurança pública para combater a violência no País. A chamada Meta de Persecução Penal da Enasp foi instituída para levar a julgamento responsáveis por crimes cometidos há pelo menos cinco anos.

O crime de Cachoeirinha não foi a júri popular até hoje porque o acusado passou 14 anos foragido da Justiça e seu processo ficou suspenso durante o período. Com a prisão do homem, realizada em São Paulo, a ação penal voltou a tramitar e será um dos 3.142 processos levados a julgamento na segunda edição da Semana Nacional do Júri, que será promovida entre os dias 13 e 17 de abril. A mobilização nacional foi instituída no ano passado pelo comitê gestor da Enasp, sob coordenação do CNJ.

O esforço conjunto é fundamental para julgar crimes semelhantes ao cometido no interior de Pernambuco, segundo o representante do CNJ na Enasp, conselheiro Guilherme Calmon. "A II Semana Nacional do Júri vem consolidar uma das ações mais importantes da Estratégia Nacional de Segurança Pública quanto ao efetivo julgamento dos casos relacionados à prática de homicídio e outros crimes dolosos contra a vida,

permitindo a reunião de esforços dos atores que funcionam no sistema de justiça penal no Brasil", afirmou.

Destaque – Pelo segundo ano, a Justiça de Pernambuco é a que terá a maior pauta de julgamentos (481 sessões) nos cinco dias da Semana Nacional do Júri, 481. Em 2014, foram 453 sessões do Tribunal do Júri agendadas no estado. De acordo com estatísticas consolidadas pelo CNJ, na edição do ano passado o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou 352 dos 2,4 mil julgamentos realizados no Tribunal do Júri. É nessa instância que são julgados os responsáveis por crimes dolosos (cometidos com intenção) contra a vida, como auxílio a suicídio, aborto e infanticídio, sobretudo homicídios.

Outra ação penal prevista para ser julgada nesta edição da força-tarefa contra a impunidade será um assassinato ocorrido em 1994, em Gameleira, município localizado a 94 quilômetros da capital Recife. Uma adolescente de 17 anos teria sido morta por dois homens com "inúmeros golpes de instrumento perfurocortante na região do pescoço e costas", de acordo com informações da Vara Única da Comarca de Gameleira. O crime teria chocado a população da cidade, que tem cerca de 30 mil habitantes, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Números – Em 2014, a Justiça julgou 17.348 processos relativos a crimes do Tribunal do Júri com denúncia apresentada até 31 de dezembro de 2009. O número representou 29,1% dos processos considerados pela Meta Enasp no ano passado.

Manuel Carlos Montenegro
Agência CNJ de Notícias

Assunto: Comitê Nacional discute avanços e formas de impulsionar implantação do PJe	
Veículo: CNJ	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Comitê Nacional discute avanços e formas de impulsionar implantação do PJe



O Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico (PJe) discutiu, em Brasília, a expansão do sistema e outros temas relacionados à virtualização de processos no Judiciário. Entre os avanços apresentados está a previsão de conclusão, em abril, do módulo 3.0 do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), que permite o diálogo entre sistemas distintos em uso no Poder Judiciário.

Por meio de teleconferência realizada no final de março, representantes de diversos tribunais puderam participar e contribuir com o debate sobre formas para ampliar a utilização do sistema. O grupo concluiu que a instalação do MNI deve ser requisito para os tribunais que ainda não aderiram ao PJe e sugeriram monitoramento de implantação do MNI tal como ocorre com o PJe.

Sobre o assunto, foi apresentada a atualização do mapa de implantação do PJe, que chegou a 4 milhões de processos em tramitação. “O avanço é significativo e é importante acompanhar a evolução mês a mês, ano a ano”, observou o presidente do Comitê Nacional, conselheiro Rubens Curado.

O juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e gerente-executivo do PJe, Bráulio Gusmão, informou ainda que o Escritório Digital, desenvolvido em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seguindo o padrão MNI, está em fase final de testes.

Parceria – A reunião do Comitê Nacional permitiu ainda a troca de experiências como a do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que recentemente recebeu técnicos do CNJ para solucionar demandas pelo uso do PJe em grande escala. Com a colaboração entre os dois órgãos, as questões foram resolvidas e as melhorias serão incorporadas na próxima versão do sistema. “O tribunal ficou mais tranquilo com o auxílio do CNJ. Agora a perspectiva é ampliar ainda mais o PJe”, relatou a chefe do Núcleo de Gestão do Projeto Mudança de Tecnologia da Informação do TJPE, Ioná Mota.

O presidente do Comitê Nacional, conselheiro Rubens Curado, observou que o CNJ é corresponsável pelo sucesso do sistema nos tribunais. “É importante que nos tragam a experiência de desempenho com um grande número de processos”, disse. Atualmente, o PJe está na versão 1.7.1, que foi elogiada pelas melhorias voltadas para os usuários externos. A versão 1.7.2 deverá ser homologada na primeira quinzena de abril, com 115 demandas e 22 melhorias e novas funcionalidades.

Desenvolvimento – O colegiado foi atualizado sobre melhorias em andamento, como o módulo de gravação de audiências, o módulo criminal e o módulo de precatórios, além das perspectivas sobre o Gabinete Digital, módulo destinado a magistrados que deve constar entre os produtos do PJe 2.0. O juiz auxiliar Bráulio Gusmão informou que a versão está em planejamento e deve contemplar reivindicações de todos os segmentos.

Os participantes discutiram ainda formas de otimizar o trabalho nos comitês e grupos de trabalho, assim como a implementação da Portaria nº 26/2015, assinada em março, que criou a Rede de Governança do PJe. A próxima reunião do Comitê Nacional do PJe será no dia 23 de abril.

Débora Zampier
Agência CNJ de Notícias

Assunto: TJPE agenda o maior número de sessões na II Semana Nacional do Júri	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



TJPE agenda o maior número de sessões na II Semana Nacional do Júri

Pernambuco é o estado que mais agendou júris para a II Semana Nacional do Júri, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para a iniciativa no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estão programados 491 júris em todo o Estado. A mobilização ocorre no período de 13 a 17 de abril.

Instituída pelo CNJ e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), a Semana tem como proposta reforçar o combate ao crime em todo o país, julgando o maior número possível de homicídios dolosos. O objetivo é realizar ao menos uma sessão de Júri em cada dia da semana, levando em conta o acervo de cada unidade judiciária.

No TJPE, as sessões do júri acontecem em 135 comarcas do Estado. Do total de júris agendados, 25% são de processos iniciados a partir de 2011. A unidade judiciária que mais agendou sessões para a mobilização foi a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, com dez júris. Em segundo lugar ficou a Vara Criminal de Igarassu com sete júris e em terceiro, a Vara Única de Águas Belas, contabilizando seis sessões.

Para a realização da iniciativa, o TJPE firmou parcerias com o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado. Atuarão no evento juízes de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, independente da área de atuação.

A expectativa do TJPE é repetir o sucesso alcançado pelo evento no ano passado. Em 2014, o Tribunal se destacou como a Corte que mais realizou julgamentos em todo o país ao promover 352 sessões de júri. Foram premiadas com o Selo Bronze pelo CNJ 50 varas, que realizaram juntas 237 sessões do Tribunal do Júri.

Em todo o país, os tribunais de Justiça realizaram 2.442 julgamentos de competência do júri durante os cinco dias de mobilização no ano passado, o que corresponde a 70,17% dos 3.480 agendados para a Semana. Ao todo, 1.523 julgamentos terminaram em condenações para os acusados. Houve também 751 absolvições.

Assunto: Compesa e TJPE firmam parceria para evitar processos judiciais	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Compesa e TJPE firmam parceria para evitar processos judiciais

A companhia aderiu ao Núcleo de Conciliação Pré-Processual nesta quarta (8)



Estiveram presentes a coordenadora dos Juizados Especiais, a juíza Ana Lúiza Câmara, o presidente da Compesa, Roberto Tavares, e o diretor de Gestão Corporativa da companhia, Décio Padilha. (Foto: Compesa/Divulgação)

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) começou a prestar atendimento na Central dos Juizados Especiais Cíveis, nesta quarta-feira (8). Com o objetivo de agilizar a solução de questões e evitar que as queixas que chegam ao juizado sejam transformadas em processos judiciais, a nova central funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. A sala exclusiva para o atendimento aos clientes fica dentro do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no Fórum Desembargador Benildes Ribeiro, bairro da Imbiribeira, Zona Sul do Recife.

O serviço é gratuito e consiste em um sistema de conciliação prévia sob a direta supervisão e jurisdição do Poder Judiciário. A sala é devidamente equipada, inclusive com acesso ao sistema comercial da Compesa. Um representante treinado e apto a celebrar acordos que serão homologados em juízo, seja no âmbito de processos já ajuizados, seja administrativamente, será estar sempre presente. O cliente não precisa recorrer a um advogado para formalizar o eventual acordo com a empresa.

Assunto: Operação prende quatro suspeitos de furtos de geradores de energia elétrica	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Operação prende quatro suspeitos de furtos de geradores de energia elétrica

De acordo com a polícia, grupo tinha atuação em Pernambuco, na Bahia e em outros estados do Nordeste

Quatro pessoas foram presas suspeitas de furtos de geradores de energia elétrica em Pernambuco, na Bahia e em outros estados do Nordeste. As prisões foram realizadas durante a Operação Suporte, deflagrada nesta quarta-feira pela Polícia Civil para cumprir mandados de prisão preventiva expedidos pela 8ª Vara Criminal da Comarca do Recife.

Trinta policiais participaram das ações nos dois estados. A operação foi coordenada pela Diretoria Integrada Especializada da Polícia Civil (DIRESPE), por meio da Delegacia de Roubos e Furtos. Detalhes sobre as prisões serão apresentados nesta sexta-feira, às 10h, na sede operacional da Polícia Civil, na Rua da Aurora, no Recife.

Assunto: TJPE inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas de clientes da Compesa	
Veículo: folhape.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



TJPE inaugura núcleo de conciliação para solucionar queixas de clientes da Compesa

Objetivo é atender demandas rapidamente, sem necessidade de abrir processo judicial



Gestores instalaram unidade na Central de Juizados

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) firmaram uma parceria para criar um núcleo de conciliação pré-processual voltado a promover acordos entre a empresa e a população. A unidade foi instalada na Central dos Juizados Especiais, no bairro da Imbiribeira, na Zona Sul do Recife.

No local, os cidadãos poderão resolver questões com a companhia sem necessidade de abrir processo judicial. A medida se justifica em números: a Compesa é o segundo maior demandante nos Juizados Especiais do Estado. Em 2014, houve 2.635 casos. Consumidores que tiverem queixas a respeito dos serviços de água e esgoto podem procurar o núcleo, que funcionará de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, na Sala 8 da Central.

“O objetivo é promover uma solução mais rápida e eficiente dos litígios. O cidadão sairá daqui com sua questão resolvida imediatamente. E caso não obtenha satisfação no acordo, poderá acionar os Juizados ou a Justiça Comum pela via processual”, explica a juíza Ana Luíza Câmara, coordenadora dos Juizados Especiais do TJPE.

Para o diretor-presidente da Compesa, Roberto Tavares, o convênio é positivo. “Entendemos que a instalação desse núcleo vai melhorar a relação com os nossos clientes, propiciando acordos, além de economia de tempo e custos. Será eficiente para os clientes, para a Compesa e para o Tribunal de Justiça”, afirma.

Assunto: Ex-comissário de polícia é condenado a 14 anos de prisão por matar universitária	
Veículo: folhape.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Ex-comissário de polícia é condenado a 14 anos de prisão por matar universitária

Pena foi por homicídio duplamente qualificado por natureza torpe e emboscada



José Reginaldo deve cumprir pena na Barreto Campelo

O caso do assassinato da estudante de Direito Andréia Valério de Moura teve seu desfecho na noite desta quarta-feira (8). O tribunal do júri, composto por sete integrantes, condenou o comissário de polícia aposentado José Reginaldo Bezerra, 55, a 14 anos de prisão em regime fechado. O réu foi acusado de executar a universitária em dezembro de 2011.

A sessão ocorreu no auditório da Câmara Municipal de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife (RMR), com a presença de familiares e amigos da

estudante, que morreu após levar um tiro na cabeça quando saía de casa para uma sessão de fotografias de um álbum de formatura.

A sessão começou com um pouco mais de uma hora de atraso. Isso porque, o advogado de defesa do policial, Carlos Barros, solicitou que fosse alterada a bancada de jurados, sob alegação de que os componentes seriam os mesmos da última audiência realizada no dia 4 de março. O pedido foi negado. Antes de proferir a sentença e os debates entre acusação e defesa, o juiz da 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima, Luiz Mário Miranda, ouviu o depoimento de três testemunhas, entre elas, a esposa do acusado, que foi a primeira a ser ouvida.

Segundo Maria da Conceição, no dia do crime, ela teria ido a uma consulta médica e o marido teria levado o filho para comprar um videogame. Ela afirmou ao magistrado que estava junto com José Reginaldo em casa no momento que ocorreu o crime. Após a ouvida de outras duas testemunhas, foi iniciada a fase de debates entre acusação e defesa, com o tempo limite de uma hora e trinta minutos, cada. Logo após as argumentações, foi a vez da réplica da promotoria, seguida de tréplica da defesa.

Após todo o processo, os jurados responderam um questionário e, logo em seguida, o juiz proferiu a sentença do acusado. José Reginaldo Bezerra foi condenado por

homicídio duplamente qualificado por natureza torpe (motivo desprezível) e emboscada, quando impossibilitou a defesa da vítima.

"Nós acreditamos que a pena de prisão a ele (acusado) foi baixa diante as duas qualificações do crime. Ele matou a minha irmã por motivo fútil e não deu chance dela reagir. Apesar disso, o sentimento é de que a Justiça foi feita", comentou o irmão de vítima, Luciano Moura.

O réu deve cumprir a pena na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá.

Assunto: Comissário de polícia vai júri popular por ter assassinado estudante de Direito em 2011	
Veículo: folhape.com.br	Data: 09/04/2015
Editoria:	Seção:



Comissário de polícia vai júri popular por ter assassinado estudante de Direito em 2011

Promotoria quer condenação por homicídio duplamente qualificado

Ocorre na manhã desta quarta-feira (8) julgamento em júri popular do comissário de polícia aposentado José Reginaldo Bezerra, acusado de ter matado a estudante de Direito Andréia Valério de Moura em dezembro de 2011 em uma emboscada, em Abreu e Lima. Na época, a estudante de 37 anos era ex-namorada do acusado. A audiência, que acontece no auditório da Câmara Municipal de Abreu e Lima, começou com uma hora e trinta minutos de atraso porque o advogado de defesa pediu que fosse mudada parte do júri, sob alegação de que as mesmas pessoas teriam participado da última audiência do caso, há menos de um ano.

A primeira testemunha a se pronunciar foi a esposa do réu, Maria da Conceição, que disse ser José Reginaldo uma pessoa de boa índole e que não era violento nem com ela, nem com os filhos. Segundo Maria, no dia do crime, ela teria ido a uma consulta com um médico, e o marido teria levado o filho para comprar um videogame. Ela ainda afirmou que estava junto com José Reginaldo em casa no momento do crime.

A vítima frequentava a casa da família e teria estudado com Maria da Conceição por 15 anos. A esposa do réu ainda disse que chegou a perguntar a Andreia se havia um caso entre ela e seu marido, mas a vítima negou.

A promotoria de acusação vai pedir a condenação de José Reginaldo por homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. Além de Maria da Conceição, outras duas testemunhas estão na programação para falar em defesa do réu.

Mais informações em instantes